

Instituto Interamericano
de Cooperação para a Agricultura

Direção de Cooperação Técnica

ESTRATÉGIA

**Gênero e
MULHERES
rurais no
desenvolvimento
agrícola e nos
territórios
RURAIS**

IICA



Propomos a aplicar um enfoque de gênero e desenvolvimento sustentável que permita, não só entender a diversidade e as características diferenciadoras, mas também determinar os problemas que impedem o pleno desenvolvimento das mulheres do campo.

Compreendemos que um verdadeiro enfoque de gênero requer a incorporação da experiência, do conhecimento, dos interesses e das necessidades das mulheres com o objetivo de empoderá-las. Este é o caminho indicado para transformar o que consideramos estruturas sociais e institucionais desiguais em estruturas igualitárias e justas para homens e mulheres.

Estamos convencidos de que, a partir deste ponto, contribuiremos, com a nossa cooperação técnica, para o empoderamento das mulheres rurais e para uma inclusão social mais equitativa, rentável e competitiva nos processos da agricultura e no meio rural.

Nosso compromisso pétreo – aquele que se mantém e se fortalece com o tempo, por fazer parte substancial do espírito do IICA – é o de incentivar e contribuir para a formulação urgente de políticas públicas sólidas e de longo prazo em benefício das mulheres que vivem em zonas rurais.

Manuel Otero
Diretor Geral

Eliminar **hiatos...** **Aproveitar** **potencialidades**

Cerca de 100 milhões de mulheres habitam as zonas rurais do continente americano. Na América Latina e no Caribe, são perto de 60 milhões e, apesar dos avanços, continuam em desvantagem frente aos homens rurais e às mulheres da cidade.

Os hiatos que lhes impedem de aproveitar ao máximo suas potencialidades são de naturezas diversas, destacando-se os seguintes:

- A insuficiente inclusão nos processos econômicos, sociais e de desenvolvimento, em geral, por situações como o baixo empoderamento e o menor acesso a recursos (crédito, terra, capacitação, informações, tecnologia etc.), à educação e ao emprego de qualidade;
- O baixo nível organizacional;
- A pouca participação em espaços de tomada de decisão; e
- A invisibilização: falta de informações qualitativas e quantitativas, que impossibilita conhecer com certeza a sua situação e tomar decisões adequadas que respondam a suas necessidades e interesses.

As mulheres que vivem nos territórios rurais integram o grupo mais desfavorecido e invisibilizado. São ainda mais amplos os hiatos no caso das indígenas, que são cerca de 20%, e das afrodescendentes, que representam perto de 23%.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) reconhece que, para o cumprimento de sua missão, deve promover a equidade de gênero e a integração da juventude nos processos de desenvolvimento agrícola e rural.

Nossa missão

*Incentivar,
promover e apoiar
os esforços dos
Estados membros
para conseguir seu
desenvolvimento
agrícola e o
bem-estar rural
por meio de
cooperação técnica
internacional de
excelência.*



Melhorar as condições das mulheres rurais e contribuir para a eliminação dos hiatos existentes se converte, então, em um desafio para o IICA, que o aborda mediante programas, modalidades de cooperação, instrumentos e diferentes iniciativas.

O grande desafio é ampliar as possibilidades das mulheres rurais para aproveitar ao máximo suas potencialidades, ao mesmo tempo em que se melhora sua qualidade de vida e a da sociedade como um todo.

Para o IICA, este tema não é novo. Ao contrário, sua experiência tem mais de 30 anos (ver anexo). Nessas três décadas, diversas maneiras de cooperação foram oferecidas em todos os Estados membros: diagnósticos regionais, formulação de políticas, programas regionais para o avanço em matéria de gênero e de mulheres rurais, programas e projetos de cooperação técnica, ações afirmativas, parcerias com múltiplas organizações, bem como o desenvolvimento de análises, metodologias e diversos instrumentos. Tudo isso nos permitiu construir uma visão para trabalhar o tema nos diversos âmbitos em que o Instituto desenvolve suas iniciativas (hemisférico, multipaís, nacional e territorial).

A Estratégia



I. Introdução

Desde a sua origem, há mais de sete décadas, o IICA tem sido uma ponte que reúne seus países membros, apoiando-os em seu trabalho para alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural, construindo vias de entendimento pela cooperação técnica, adaptando-se à evolução da agricultura e respondendo a seus desafios e oportunidades. Sua missão e visão se sustentam, entre outros valores, no respeito pela diversidade (política, econômica, social, cultural e ambiental) e na igualdade e equidade de gênero, promovidas na gestão institucional interna e na cooperação técnica que o Instituto oferece.

Como parte desse esforço para alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural, o IICA estabeleceu em seu Plano de Médio Prazo (PMP) 2018-2022 quatro objetivos estratégicos:¹

1. Aumentar as contribuições do setor agropecuário ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável.
2. Contribuir para o bem-estar de todos os habitantes nos territórios rurais.
3. Melhorar o comércio internacional e regional dos países da região.
4. Aumentar a resiliência dos territórios rurais e dos sistemas agroalimentares aos eventos extremos.

Para se atingir esses objetivos, foram criados cinco programas de ação hemisférica que dão unicidade à visão do IICA, concentrando-se a ação programática institucional na identificação de ações de cooperação mediante a formulação e a implementação de projetos e oferecendo-se assessoria e acompanhamento técnico aos governos e a outros atores sociais e econômicos da agricultura e da vida rural do continente americano. Além disso, foram estabelecidos dois temas transversais, um referente à inovação e à tecnologia e o outro, a gênero e juventude.

Neste âmbito, como parte das ações concernentes à integração do gênero e da juventude em todas as atividades institucionais e para assegurar a realização efetiva e sustentável dos objetivos estratégicos propostos, foi estabelecida esta **“Estratégia de gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais”** para o período 2018-2022.

¹ O documento completo do Plano de Médio Prazo do IICA está disponível no seguinte link:
<http://repiica.iica.int/docs/b3333e/b3333e.pdf>

A “Estratégia de gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais” é o resultado de um trabalho que envolveu instâncias de discussão com as equipes técnicas do IICA em todo o hemisfério e referências internacionais sobre o tema.

II. Propósito e objetivos estratégicos

O propósito desta Estratégia é avançar na promoção de um melhor posicionamento das mulheres nos territórios rurais a partir de uma visão multidimensional e, em particular, do papel das mulheres na agricultura como uma via legítima para a promoção de mudanças nas relações de gênero por meio de maior equidade.

Para isso, o IICA propõe como objetivo institucional assumir-se a perspectiva de gênero para a obtenção de maior equidade no meio rural, com uma visão inovadora e ações afirmativas concretas.

Essas ações afirmativas permitirão alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Reconhecer e valorizar o papel e a importância das mulheres nos territórios rurais como um aspecto fundamental do desenvolvimento de nossos países e da construção de sociedades mais justas.
- Instar os Estados a promover políticas públicas e ações afirmativas que permitam diminuir as desigualdades entre homens e mulheres nos territórios rurais.
- Promover a diminuição de hiatos no acesso a recursos e serviços rurais e o apoio produtivo e oportunidades entre homens e mulheres.
- Propiciar a participação das mulheres rurais nos espaços de decisão comunitária, nacional e internacional.

III. Âmbito de referência

Âmbito de referência internacional

A incorporação do princípio de equidade de gênero nas ações e nos instrumentos de cooperação técnica do IICA responde, em parte, a mandatos e compromissos institucionais de natureza internacional, entre os quais se destacam:

- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (conhecida por sua sigla em inglês, CEDAW), de 1979, cujo artigo 14 é dedicado especificamente às mulheres rurais.
- A Quarta Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995 (Pequim), e sua plataforma de ação e, posteriormente, as conferências regionais sobre a mulher organizadas pela CEPAL, cujas diretrizes colocaram os assuntos de igualdade e equidade de gênero na agenda das políticas públicas dos países. O IICA é um organismo observador da Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe e é convocado para as reuniões anuais preparatórias da Mesa Diretora e para a própria Conferência.
- Os mandatos que emanam do Plano de ação da Terceira Cúpula das Américas, realizada em Québec, 2001, especificamente aqueles que se referem à proteção da base ambiental, ao desenvolvimento rural sustentável e à gestão agrícola. O Plano de ação da Cúpula também agrega mandatos que promovem a igualdade de gênero e o reconhecimento da diversidade cultural como forças dinamizadoras do desenvolvimento com equidade, bem como o investimento para o desenvolvimento de capacidades e a proteção dos direitos dos povos indígenas e das gerações jovens.
- O Instituto compartilha com a comunidade mundial a responsabilidade de promover a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida no Rio de Janeiro em 2015 e mais conhecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- A Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP23) realizada em Bonn (Alemanha, 2017), que incluiu um plano de ação de gênero e uma plataforma de povos indígenas.
- O IICA participa, como copresidente do segmento Mulher Rural, do Women 20 (W20), que promove o fortalecimento da equidade de gênero no G20.

Âmbito interno

Em nível institucional, o IICA assumiu compromissos no tema da igualdade e equidade de gênero, entre os quais os seguintes:

- A Resolução N° 342 (1999) da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), órgão superior de governo do Instituto, determina a incorporação da perspectiva de gênero ao sistema institucional por meio de modificações legais, regulamentares e operacionais, bem como de ações e instrumentos de cooperação técnica da instituição.
- No âmbito do Sistema Interamericano, em 2002, a Assembleia Geral da OEA aprovou a resolução AG/RES. 1853 (XXXII-O/02), "Implementação do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero" (CIM/RES. 209/98 e AG/RES. 1625). Em 2014, foi aprovada a resolução AG/RES. 2831 (XLIV-O/14), "Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero e fortalecimento da "Comissão Interamericana de Mulheres" (CIM), que em um de seus parágrafos resolutivos solicita um relatório de cumprimento. Por esse motivo, o Instituto reporta anualmente suas ações para a promoção da equidade e desenvolvimento das mulheres rurais à CIM e participa das reuniões periódicas do Comitê Executivo da Comissão, bem como de sua Assembleia Bienal.
- A Política de Gênero do IICA (2016) tem como objetivo geral "institucionalizar a perspectiva e o enfoque da equidade de gênero na gestão interna e na cooperação técnica oferecida aos países membros". Foram estabelecidas diretrizes tanto para a cooperação técnica como para a gestão institucional.
- O Plano de Médio Prazo (PMP) 2018-2022 coloca o gênero e a juventude como um de seus dois temas transversais.



Conceitos-chave

A seguir, são apresentados os conceitos-chave propostos nesta Estratégia de gênero e mulher rural. Como ocorre com a maior parte das definições desse tipo, são conceitos em permanente discussão, tanto dentro como fora do IICA, o que permite a incorporação permanente de melhorias em prol de uma maior equidade de gênero.

Gênero

Como proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), concordamos em assumir que "gênero" se "refere aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos que uma sociedade determinada em uma época determinada considera apropriados para homens e mulheres. Além dos atributos sociais e das oportunidades associadas à condição de ser homem e mulher e às relações entre mulheres e homens, meninas e meninos, gênero também se refere às relações entre mulheres e as relações entre homens. Esses atributos, oportunidades e relações são construídos socialmente e aprendidos no processo de socialização. São específicos ao contexto/época e são mutáveis [...] O gênero determina o que se espera, o que se permite e o que se valoriza em uma mulher ou em um homem".²

Equidade de gênero

É um conjunto de medidas que permitem compensar as desvantagens históricas que impedem homens e mulheres de desfrutar por igual dos benefícios do desenvolvimento e de ter um acesso igualitário às decisões, às oportunidades e ao poder.

Igualdade de gênero

É o reconhecimento de que a mulher e o homem devem desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades em igualdade de condições, de maneira que possam se realizar plenamente e desdobrar todo o seu potencial de contribuir para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Essa igualdade não significa que as mulheres e os homens sejam iguais, mas que os direitos, as responsabilidades e as oportunidades não dependem do sexo de nascimento. A igualdade de gênero supõe que sejam levados em consideração os interesses, as necessidades e as prioridades das mulheres e dos homens, reconhecendo-se a diversidade dos diferentes grupos de mulheres e de homens.

Mulheres rurais

Categoria ampla que se refere às mulheres que vivem no campo e reflete a pluralidade e a definição de um espaço geográfico que compreende a variedade de territórios rurais e a relação com um ambiente associado aos recursos naturais (terra, água, florestas etc.).

Devem ser pensadas como colaboradoras permanentes dos diferentes processos de desenvolvimento agrícola e rural a partir de diferentes grupos e classes sociais, idades, etnias, sistemas de produção, formas de relação trabalhista e espaços agroecológicos.

Empoderamento

É o processo que leva à obtenção e ao desenvolvimento de capacidades que permitem às pessoas ter acesso a posições de autoridade e à tomada de decisões, bem como a exercer controle sobre suas vidas, o que leva a mudanças nas formas de pensar, nas culturas, nas estruturas institucionais e na distribuição de recursos das organizações e da sociedade.

Transversalização do gênero

É um processo de avaliação das implicações que qualquer ação, política ou programa planejado, em todas as áreas e em todos os níveis tem para as mulheres e os homens. É uma estratégia para fazer com que todas as necessidades e experiências de mulheres e homens sejam parte integrante do projeto, da execução, do monitoramento e da avaliação de políticas, iniciativas e programas. Dessa maneira, a transversalização de gênero assegura que mulheres e homens se beneficiem por igual do processo de desenvolvimento ou que, pelo menos, a desigualdade não se perpetue.³

² ONU Mulheres. Training Center. Glossário de igualdade de gênero. Disponível em 18 de outubro de 2018 em <https://trainingcentre.unwomen.org/mod/glossary/view.php?id=150&mode=letter&hook=G&sortkey=&sortorder=asc>

³ UICN, PNUD, GGCA. 2009. Manual de capacitação em gênero e mudança do clima. Disponível em 2 de novembro em <https://portals.iucn.org/library/node/9396>

Enfoques da estratégia

Esta Estratégia está baseada em dois enfoques em particular, descritos a seguir:

Enfoque de desenvolvimento humano sustentável (DHS)⁴

Integra duas definições em uma só: a de desenvolvimento humano e a de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento humano sustentável (DHS) adotado pela comunidade internacional vem evoluindo e enriquecendo seu teor com a sequência das diferentes conferências temáticas da ONU. Na Declaração do Rio (1992), foi tomado como um desenvolvimento “que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras para suprir suas próprias necessidades”. Incorpora, assim, a necessidade de se buscar a sustentabilidade do entorno, considerando o futuro do planeta e da humanidade. Na Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social e no Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), estabeleceu-se um novo consenso para situar o ser humano no centro das preocupações em relação ao desenvolvimento sustentável e ao compromisso de erradicar a pobreza, à promoção do emprego pleno e produtivo e ao fomento da integração social.

Enfoque de gênero⁵

Em conformidade com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), o enfoque de gênero é uma ferramenta de trabalho e uma categoria de análise baseada nas variáveis sexo e gênero, que permite identificar os diferentes papéis e tarefas realizados por homens e mulheres em uma sociedade, em um projeto, em um escritório etc., bem como as assimetrias e as relações de poder e desigualdades. Ajuda, além disso, a reconhecer as causas que as produzem e a formular mecanismos para a superação desses hiatos, uma vez que localiza o problema, não nas mulheres ou nos homens, mas nas relações socialmente construídas sobre o poder e a exclusão.

O enfoque de gênero contribui também para a explicação e a ampliação de aspectos da realidade que anteriormente não tinham sido levados em conta, e é aplicável a todos os âmbitos da vida: trabalhista, educativo, pessoal etc. Portanto, a análise da realidade por esse ponto de vista permite um olhar mais profundo sobre os processos de desenvolvimento, contribuindo para a transformação das desigualdades.

Em última instância, além de um conceito e uma ferramenta de trabalho, o gênero também é uma opção política, posto que nos leva ao reconhecimento de que a realidade é vivida de maneira diferente por homens e mulheres, com ampla desvantagem para as mulheres, e nos compromete com a transformação das desigualdades.

⁴ Estratégia de “Gênero em desenvolvimento” da Cooperação Espanhola. Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação. 2007. Secretaria de Estado de Cooperação Internacional. Dirección Geral de Planejamento e Avaliação de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em 18 de outubro de 2018 em http://intercoconnecta.aecid.es/Documentos%20de%20la%20comunidad/Estrategia_G%C3%A9nero.pdf

⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2004. Como elaborar uma estratégia de gênero para um escritório no país. São Salvador, El Salvador. Disponível em 18 de outubro de 2018 em <https://www.k4health.org/sites/default/files/Como%20elaborar%20una%20estrategia%20de%20genero%20para%20pais1.pdf>

V. Caminhos da estratégia

Com a finalidade de impulsionar medidas concretas e ações afirmativas, bem como acordar instrumentos que conduzam à realização do propósito e do objetivo desta Estratégia, são propostos sete eixos de implementação e linhas de ação em cada um deles, os quais são detalhados a seguir.

Eixo de implementação 1. Geração de informações quantitativas e qualitativas sobre as relações de gênero, a situação e as necessidades das mulheres rurais na América Latina e no Caribe para a visibilização da sua importância e dos hiatos existentes.

O avançar nesta direção requer identificação, medição, análise e visibilização da importância da mulher rural, das suas condições de vida e das desigualdades e discriminações a que estão sujeitas. Com base nesse reconhecimento, considera-se possível avançar para ações afirmativas que permitam diminuir os hiatos existentes entre homens e mulheres e empoderar a estas na tomada de decisões nos níveis pessoal, social e político.

Linhas de ação:

- Dimensionamento do papel das mulheres rurais no desenvolvimento para valorar, entre outros aspectos, as diversas dimensões em que atuam, sua situação e condições de vida e seus papéis e ocupações.
- Identificação de indicadores e instrumentos que permitam quantificar os avanços em temas de gênero.
- Análise das relações de gênero nos territórios rurais e identificação das desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres de diferentes áreas (urbanas e rurais).
- Promoção da melhoria das informações quantitativas e qualitativas sobre as mulheres rurais.

Eixo de implementação 2. Formulação e proposição de ações voltadas para se chegar à autonomia econômica das mulheres rurais.

Um dos principais elementos que perpetuam as relações injustas e desiguais entre homens e mulheres é expresso pela ausência de renda própria e pela falta de reconhecimento do trabalho realizado e do tempo dedicado às atividades produtivas. O trabalho pelo melhor posicionamento do papel das mulheres nas dinâmicas econômicas dos territórios rurais e da agricultura tem grande potencial na promoção de mudanças nas relações de gênero e na geração de renda pelas e para as mulheres rurais.

Linhas de ação:

- Inserção econômica mediante intensificação e inovação proativa que otimizem o uso sustentável dos recursos e dos ativos produtivos geridos pelas mulheres rurais.
- Promoção do empreendedorismo (MPME, economia popular, economia solidária e outros) das mulheres rurais, para que alcancem a liderança nos âmbitos produtivo, social, econômico e tecnológico.
- Geração de condições e mecanismos que propiciem a igualdade de acesso das mulheres ao crédito; inclusive formas de qualificação creditícia com dados alternativos para a avaliação da solvência dos empreendimentos liderados por mulheres rurais individuais ou organizadas.
- Reconhecimento e valorização da economia do cuidado como um passo prévio ao impulso de ações que permitam às mulheres liberar tempo e exercer seu direito ao desenvolvimento pessoal e à possibilidade de ocupar seu tempo em trabalho que as recompense economicamente, dentro ou fora de suas unidades ou propriedades rurais.

Eixo de implementação 3. Incentivo à incorporação de mulheres aos espaços de decisão sobre o ambiente rural em geral e a agricultura em particular.

A incorporação da perspectiva de gênero nos processos de desenvolvimento supõe a valorização de todas as consequências que as ações planejadas possam ter sobre a vida dos homens e das mulheres. Isso quer dizer que, no desenvolvimento de novas políticas e na implementação de programas ou projetos, é necessário saber de que maneira se está afetando cada grupo pela sua própria perspectiva. Uma das principais vias para se assegurar que essas perspectivas sejam incorporadas é que as mulheres rurais possam expressá-las e transmiti-las nos espaços de diálogo, proposição e análise de propostas de políticas públicas.

Linhas de ação:

- Promoção do desenvolvimento de capacidades das mulheres rurais em termos de empoderamento e participação ativa, para a sua efetiva inclusão e influência em espaços locais, territoriais e nacionais de diálogo e proposição de políticas públicas.
- Preparação e facilitação da participação das mulheres rurais em espaços e mecanismos políticos de âmbito regionais, como foros, mecanismos de integração e conselhos internacionais.
- Fortalecimento e divulgação dos marcos, convênios e mandatos internacionais relacionados à promoção de direitos que apoiam enfaticamente o tema da equidade de gênero para favorecer a participação efetiva, propositiva e respaldada em acordos consensuais das mulheres rurais em espaços de decisão.
- Promoção de uma participação de gênero equilibrada em espaços de decisão, consulta e deliberação.

Eixo de implementação 4. Contribuir para o desenvolvimento de políticas e inovações institucionais (públicas e privadas) para a mulher rural, tanto em âmbitos nacionais como internacionais.

É necessário transversalizar o tema de gênero, com foco nas mulheres rurais, nas políticas públicas para o desenvolvimento rural, no bem-estar das comunidades e na competitividade. Essa transversalidade implica a (re)organização, a melhoria, o desenvolvimento e a avaliação dos processos de gestão das políticas públicas, com vistas a se assegurar que a igualdade de gênero seja incorporada em todos os níveis e em todas as fases.

Linhas de ação:

- Fortalecimento de programas de apoio a mulheres rurais que respondam a suas necessidades como sujeito de direitos, tendo em vista a Agenda 2030 e os ODS.

- Apoio aos países membros na formulação e implementação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural que assegurem a equidade de gênero.
- Promoção do planejamento, do acompanhamento e da avaliação de políticas, planos e projetos com enfoque no gênero.
- Abertura do acesso das mulheres rurais, em especial das mulheres afrodescendentes e indígenas, aos instrumentos de políticas sociais integradas e sensíveis ao gênero que favoreçam a proteção social e a melhoria nas condições de vida.
- Contribuição para o fortalecimento institucional das instâncias nacionais e territoriais em temas de gênero.

Eixo de implementação 5. Fortalecimento de capacidades, especialmente no acesso à educação das mulheres rurais.

É necessário aumentar as ações e os programas de formação e informação que permitem às mulheres rurais ter acesso aos recursos produtivos e serviços de apoio, como crédito, tecnologia e assistência técnica, e deles fazer bom uso.

Linhas de ação:

- Promoção da educação financeira das mulheres rurais.
- Promoção de incentivos para a educação superior e técnica das mulheres e jovens rurais em carreiras agropecuárias.
- Melhoria das capacidades produtivas inovadoras, de agregação de valor, de gestão comercial e agroempresarial das mulheres rurais.
- Implementação de programas de educação de adultos para a eliminação dos graves hiatos educativos das mulheres rurais idosas, especialmente daquelas incorporadas à agricultura familiar.
- Preservação e reprodução de conhecimentos e saberes tradicionais mantidos por mulheres rurais para sua validação, adaptação e aplicação em outros contextos rurais.
- Melhoria das capacidades para uso e aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de acesso das mulheres rurais a conhecimentos que lhes permitam responder melhor a seus problemas cotidianos e otimizar seus pontos fortes.

Eixo de implementação 6. Geração e consolidação de processos de organização social com empoderamento das mulheres para a construção de dinâmicas mais inclusivas e equitativas.

Com esse eixo de implementação, o IICA reconhece a importância de se promover e consolidar a participação ativa e a liderança das mulheres rurais na construção de diversas formas organizacionais e redes sociais (grupos, associações, cooperativas ou centrais de produção e comercialização; cooperativas de economia e crédito; agroindústrias); e também de entidades mistas, como grêmios, sindicatos e federações, ou plataformas de articulação dos atores territoriais, como os conselhos territoriais de desenvolvimento rural,⁶ que têm se fortalecido com o trabalho desenvolvido pelas mulheres em diferentes áreas.

Linhas de ação:

- Promoção do enfoque de gênero na organização comunitária, potencializando as organizações de que as mulheres já participam.
- Incentivo à liderança das mulheres rurais na organização comunitária, sem aumento de sua carga de trabalho.
- Alocação ou aumento de recursos para as mulheres de áreas rurais com vistas ao fortalecimento de suas cooperativas, empreendimentos, organizações e cadeias de valor.

⁶ Essas instâncias assumem diversas denominações de acordo com a institucionalidade definida em cada país, por exemplo: em Honduras e na República Dominicana, são os Grupos de Ação Territorial; na Guatemala, são os Núcleos de Gestão Territorial; no Brasil, são os Colegiados Territoriais; no Uruguai, são as Mesas de Desenvolvimento Rural.

VI. Chaves para a implementação

Transversalidade nos programas de cooperação técnica

O IICA se propôs, no âmbito de seu PMP 2018-2022, a transversalizar o tema de gênero em seus cinco programas de ação hemisférica e em suas ações nas 35 Representações:

- Bioeconomia e desenvolvimento produtivo.
- Desenvolvimento territorial e agricultura familiar.
- Mudança do clima, recursos naturais e gestão de riscos produtivos.
- Sanidade agropecuária, inocuidade e qualidade dos alimentos.
- Comércio internacional e integração regional.

Propulsores da transversalidade do enfoque de gênero e mulheres rurais

- Estabelecimento de redes para a gestão do conhecimento nesses temas.
- Concretização e fortalecimento de parcerias estratégicas para se conseguir maior efetividade nas ações.
- Cooperação horizontal para a colaboração entre países.
- Trabalho colaborativo com as instituições do setor privado e as organizações da sociedade civil.

Instrumentos da cooperação técnica

- Desenvolvimento e adaptação de conceitos e metodologias com enfoque no gênero para sua aplicação específica em ações de cooperação técnica.
- Projeto e aplicação de políticas públicas com enfoque no gênero ou concentradas em mulheres rurais.
- Fortalecimento institucional do setor público para a abordagem do tema.
- Promoção do desenvolvimento de capacidades e conscientização permanente.
- Foros e diálogos técnico-políticos.
- Diálogo e colaboração público-privada.
- Planejamento para o desenvolvimento e investimento no setor agrícola com a inclusão da perspectiva de gênero e igualdade.

VII. Anexo

Três décadas de experiência

A atuação do IICA no tema das mulheres rurais e do gênero teve início no final dos anos 1980 e se mantém até hoje. Ao longo desse período, as atividades institucionais vieram variando a sua visão.

Entre as iniciativas mais importantes realizadas pelo Instituto destacam-se as seguintes:

- 1990-1995. Em articulação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi elaborado um diagnóstico regional com informações de 18 países sobre a participação efetiva da mulher rural na produção agrícola e de alimentos da região. Este é o caso do programa Análise da Política do Setor Agropecuário frente à Mulher Produtora de Alimentos na América Latina e no Caribe, iniciado em 1992 no âmbito dessa parceria.
- 1993-1995. Programa Regional de Ação Conjunta entre o IICA e a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) de Comunicação, Gênero e Desenvolvimento Sustentável. Essa iniciativa empregou instrumentos específicos de comunicação e capacitação para promover a articulação dos enfoques de comunicação, desenvolvimento sustentável e gênero nas organizações governamentais e não governamentais que trabalhavam no desenvolvimento rural da América Central.
- 1997. Criação do Programa Hemisférico de Equidade de Gênero e Desenvolvimento Empresarial das Mulheres Rurais (PADEMUR), com o objetivo de impulsionar projetos que permitissem o acesso das mulheres a ativos produtivos.
- 1998, Programa Gênero em Desenvolvimento Rural Sustentável, em cooperação com a ASDI.
- 1999. A Resolução N° 342 da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), órgão superior de governo do IICA, impôs oficialmente ao Instituto a incorporação da perspectiva de gênero no sistema institucional por meio de modificações jurídicas, regulamentares e operacionais, bem como de ações e instrumentos de cooperação técnica da instituição.



- 2000-2010. O IICA impulsiona um conjunto de ações nos países e participa de ações regionais conjuntas com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a realização de diagnósticos e estratégias regionais. Ao mesmo tempo, são produzidos documentos conceituais e notas técnicas sobre a relação entre o enfoque de gênero e o enfoque territorial do desenvolvimento rural.
- 2010. O IICA enfatiza o papel da mulher na segurança alimentar e lança o foro internacional Mulheres na Agricultura, em que se apresenta o documento “Políticas para fortalecer a contribuição das mulheres à agricultura e à segurança alimentar”.
- Desde 2009, o IICA promove a formulação e, posteriormente, ofereceu apoio técnico à implementação da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT) e, dentro desta, ao desenvolvimento do eixo transversal “Equidade e inclusão social nos territórios rurais”.
- Entre 2010 e 2018, manteve-se o interesse pelo tema – por exemplo, com a realização do seminário internacional “As mulheres rurais, pilar fundamental no desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar”, em São José, Costa Rica.
- Em 2018 teve início uma nova administração do IICA, a qual apoia com grande força os temas de gênero e da mulher rural. No transcurso de seis meses, desenvolveu-se um quadro de referência base sobre as mulheres rurais na agricultura e os territórios rurais; foi publicado o livro *Luchadoras – Mujeres rurales en el mundo: 28 voces autorizadas con artículos de personalidades reconocidas e fotografías de Sebastião Salgado*; foi implementada a iniciativa conjunta com a revista *Vogue Brasil* para a publicação de uma edição especial sobre mulheres rurais da América Latina e do Caribe; realizou-se a exposição fotográfica “A alma da ruralidade”, com apoio de *Vogue Brasil* e de empresas privadas. Também neste ano, realizou-se o Dia Internacional das Mulheres Rurais com um evento na Sede Central e, simultaneamente, em várias Representações do IICA nos países. Além disso, o Instituto tem participado das discussões da Women 20, atuando como copresidente do segmento Mulher Rural e colaborando na identificação dos desafios que devem ser abordados e que são estratégicos para o G20.

**Instituto Interamericano de
Cooperação para a Agricultura**
SEDE CENTRAL

Caixa Postal 55-2200 San José,
Vázquez de Coronado, San Isidro 11101- Costa Rica.

Telefone.: (506) 2216-0222 • Fax (506) 2216-0233
iicahq@iica.int
www.iica.int

<http://mujeresrurales.iica.int>

Diretor geral: Manuel Otero.
Diretor de Cooperação Técnica: Federico Villarreal.
Edição: Patricia León-Coto.
Desenho gráfico: Andrea Gätjens.
Fotos: © VOGUE / IICA.

Essa estratégia foi construída por meio de consultas internacionais e com a contribuição da equipe técnica do IICA, especialmente *Fátima Almada* e *Johana Rodríguez*, e da consultora *Ana García Isabel García*.



IICA

